



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

TRT-AP-00735-2010-070-03-00-8

AGRAVANTE: JJC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

EMENTA: SUCESSÃO TRABALHISTA. TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. Demonstrada a ocorrência da sucessão trabalhista, que supõe, necessariamente, a transferência de titularidade da empresa com a continuidade da atividade econômica e manutenção da unidade produtiva (CLT, artigos 10 e 448), a sucessora é responsável pelo pagamento da multa prevista no TAC firmado pela sucedida com o MPT, em virtude de seu inadimplemento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo de petição interposto contra decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Passos, em que figuram: como agravante, JJC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.; como agravado, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

RELATÓRIO

O d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Passos, pela decisão de f. 63/65, julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela executada.

A executada interpôs agravo de petição (f. 67/74), arguindo sua ilegitimidade passiva e, no mérito, requerendo a reforma do julgado no tocante à multa decorrente da execução do Termo de Ajuste de Conduta.

Contrarrazões do exequente, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, às f. 78/81, pelo desprovimento do agravo.

Tudo visto e examinado.

VOTO

ADMISSIBILIDADE

Conheço do agravo de petição da executada, porquantoaviado a tempo e a modo, estando regular a representação (f. 40).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

TRT-AP-00735-2010-070-03-00-8

PRELIMINAR

Ilegitimidade Passiva “Ad Causam”

Argui a agravante preliminar de ilegitimidade passiva **ad causam**, alegando que o Termo de Ajuste de Conduta não foi firmado por ela, mas sim pela firma individual JULIANO GONÇALVES FERREIRA, que possui nomenclatura, CNPJ e endereço diferentes, não havendo se falar em sucessão trabalhista.

Não lhe assiste razão, porém.

A legitimidade passiva **ad causam** ou pertinência subjetiva da ação deve ser perquirida com abstração da relação jurídica material deduzida em Juízo. Em outras palavras, para que uma parte seja considerada legítima para figurar no polo passivo da relação processual, é suficiente que seja titular, em abstrato, dos direitos oponíveis à pretensão do exequente, o que se configura na hipótese em exame.

A ação de execução foi ajuizada contra a agravante em face de sua condição de sucessora trabalhista. Sendo titular do interesse que se opõe ou resiste à pretensão, possui a agravante legitimidade para atuar no polo passivo da lide. A pertinência ou não da execução do TAC constitui matéria de mérito, que nele deverá ser apreciada.

Rejeito a preliminar.

MÉRITO

Execução da Multa prevista no TAC – Sucessão Trabalhista

A executada não se conforma com a improcedência dos embargos à execução por ela opostos, sustentando que não firmou qualquer Termo de Ajuste de Conduta com o exequente, tampouco contratou trabalhadores menores de 16 anos ou criança e adolescente menor de 18 anos para trabalhar em locais ou atividades que os exponham a situações de risco ou perigo ou que exijam trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Sem razão, contudo.

Os artigos 10 e 448 da CLT prevêm a responsabilidade da empresa sucessora pelas dívidas da empresa sucedida, na hipótese de alteração



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

TRT-AP-00735-2010-070-03-00-8

de empregadores ou na estrutura jurídica de eventual sociedade empregadora.

E com devido acerto o MM. Juiz julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela executada, pois é nítida a sucessão trabalhista havida entre ela e a firma individual JULIANO GONÇALVES PEREIRA, que firmou ao Termo de Ajuste de Conduta de f. 10/12.

O fato de possuírem CNPJ's e nomenclaturas diferentes não é suficiente para afastar a sucessão reconhecida, pelo contrário, ela configura-se apesar de duas empresas, com razões sociais e CNPJ's diversos, transferirem de uma para a outra seu patrimônio, o estabelecimento, as mercadorias, os empregados, etc.

E na hipótese dos autos a situação é ainda pior, pois, ao que tudo indica, a paralisação das atividades da firma individual JULIANO GONÇALVES FERREIRA, noticiada à f. 30, ocorreu na tentativa de se furtar ao cumprimento do TAC, transferindo todas as atividades para a executada, cujos sócios são sua esposa e seu filho - menor impúbere, representado pelo próprio Sr. JULIANO GONÇALVES FERREIRA –, conforme comprova a alteração contratual de f. 36/39, realizada em 03/03/2010, ou seja, após a assinatura do TAC, em 22/07/2009.

Quanto aos endereços diversos, o Relatório de Auditoria elaborado por auditores fiscais do trabalho (f. 14/15) revela que, a despeito de a firma individual JULIANO GONÇALVES FERREIRA estar situada na Rua Rio Grande do Sul, 1118 lote "A", Jardim Bela Vista e a executada ter sede na Rua Rio Grande do Sul, 1118 lote "C", Jardim Bela Vista, o local é, na realidade, um sítio situado em área urbana, onde funcionam três empresas do ramo moveleiro, todas do mesmo grupo familiar (pai e irmãos), havendo no local cinco barracões onde são fabricados os móveis, sem que haja qualquer separação de local de trabalho de cada empresa, tampouco identificação dos empregados, sendo constatado ainda o trabalho de menores em todos eles.

Portanto, configurada a sucessão trabalhista a executada deve responder pelo pagamento da multa prevista no item II do TAC de f. 10/12, conforme expressamente previsto no item IV (*"As cláusulas objeto do presente ajuste permanecem inalteradas em caso de sucessão, ficando o (s) sucessor (es) responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive, pelo pagamento da multa avençada no caso de inadimplemento."* – f. 12).

O Judiciário Trabalhista não pode compactuar com as empresas que tentam se furtar à legislação trabalhista, contratando menores para laborar em seus estabelecimentos, como forma de reduzir custos na busca do lucro desmedido, sacrificando a saúde e a infância das crianças e adolescentes deste



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

TRT-AP-00735-2010-070-03-00-8

país.

Nada a modificar.

ISTO POSTO, nego provimento ao agravo da executada.

Custas pela executada, de R\$ 44,26 (art. 789-A, IV, CLT).

FUNDAMENTOS PELOS QUAIS,

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, pela sua Primeira Turma, preliminarmente, à unanimidade, conheceu do agravo de petição interposto pela executada; sem divergência, rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, negou-lhe provimento. Custas pela executada, de R\$44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos - art. 789-A, IV, CLT).

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2011.

MARIA LAURA FRANCO LIMA DE FARIA
Desembargadora Relatora